



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

148  
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329416-6

APELANTE: Município de Serrita

APELADA: Aldemir Eunice da Conceição

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. RELAÇÃO JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. DEPÓSITOS DO FGTS. INVIABILIDADE DA FRUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS APENAS NA CLT. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO EM PARTE. 1. De proêmio, rejeitou-se a preliminar de carência de ação, por impossibilidade do pedido, isso porque, o *pedido*, em si mesmo considerado, de pagamento verbas rescisórias, não encontra qualquer vedação no ordenamento jurídico 2. Anotou-se que a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, quanto aos servidores contratados sem concurso público, ou cujos contratos de trabalho sejam declarados nulos, é a de que os efeitos da nulidade não são retroativos, tendo o empregado direito à percepção dos salários não pagos, com base no princípio da boa-fé e da primazia da realidade (RESP 326676/GO, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 04/03/2002). 3. A eventual nulidade do ato admissional da apelada não implica na inexistência de direito à percepção da remuneração devida em contrapartida ao fato em si do trabalho prestado, ainda que irregular a contratação, sem o que dar-se-ia o locupletamento da administração, que a um só tempo deu causa à nulidade e dela se beneficiou, pela apropriação do trabalho prestado pelo servidor. 4. Por outro lado, tratando-se de hipótese relacionada a servidor contratado temporariamente pela Administração Pública, não lhe devem ser conferidos os direitos e as verbas rescisórias previstos apenas na Consolidação das Leis do Trabalho (precedentes). 5. Descabe, portanto, nessa linha, o direito aos depósitos dos valores relativos ao FGTS (precedentes). 6. Reexame necessário provido em parte, prejudicado o apelo voluntário.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0329416-6, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329416-6**

**APELANTE: Município de Serrita**

**APELADA: Aldemir Eunice da Conceição**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**RELATÓRIO**

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Serrita, que, nos autos da **Ação Trabalhista NPU 000362-39.2010.8.17.1380**, julgou procedente o pedido nos seguintes termos:

**“ANTE O EXPOSTO**, e pelo o que mais dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos formulados na presente **AÇÃO TRABALHISTA** aforada por **ALDEMIR EUNICE DA CONCEIÇÃO** em face do **MUNICÍPIO DE SERRITA** e, como corolário, reconheço a prescrição das parcelas pecuniárias anteriores a 22/05/2004 (exceto com relação ao FGTS), condenando o reclamado ao pagamento da diferença entre o salário recebido e o salário mínimo vigente à época de cada pagamento, com correção monetária desde o mês posterior à prestação do serviço e juros de mora de 1% ao mês, contados estes da citação. Condeno o reclamado, ainda, ao pagamento do FGTS incidente sobre todo o período da contratação.

Por fim, condeno o reclamado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono da reclamante, estes fixados em 15% sobre o valor total devido, nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC”.

Na ação em tela, a autora sustenta ter trabalhado para o Município, mediante contrato de trabalho, entre 01.03.2001 a 30.12.2008, exercendo a função de auxiliar de serviços gerais.

Aduziu que, no período trabalhado, recebia apenas 50% do valor do salário-mínimo, além do fato de que o Município não depositava os valores do seu FGTS.

Pleiteia, pois a diferença de salário de forma dobrada, do valor recebido para o valor do salário mínimo; e aos depósitos do FGTS.

Sobreveio a sentença de fls.102/105.

Inconformado, o Município apelou (fls. 112/122), alegando, preliminarmente, a carência da ação, por impossibilidade jurídica do pedido, e no mérito, defendeu, em síntese, que o contrato de trabalho firmado entre Município e a parte apelada seria nulo de pleno direito, razão pela qual não geraria nenhum efeito jurídico, nem lhe assistiria direito ao FGTS.

Contra-razões às fls. 128/129, pleiteando a manutenção da sentença.

A douta Procuradoria de Justiça absteve-se de intervir no feito.



1442



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 04 de abril de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0329416-6

APELANTE: Município de Serrita

APELADA: Aldemir Eunice da Conceição

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

A autora busca a condenação do Município a efetuar o pagamento da diferença de salário de forma dobrada, do valor recebido para o valor do salário mínimo; e aos depósitos do FGTS.

O pedido foi julgado parcialmente procedente, condenando o Município ao pagamento da diferença entre o salário recebido e o salário mínimo vigente à época de cada pagamento, e, ainda, ao pagamento do FGTS incidente sobre todo o período da contratação.

Inconformado, o Município apelou, alegando, preliminarmente, a carência da ação, por impossibilidade jurídica do pedido, e no mérito, defendeu, em síntese, que o contrato de trabalho firmado entre Município e a parte apelada seria nulo de pleno direito, razão pela qual não geraria nenhum efeito jurídico, nem lhe assistiria direito ao FGTS.

Pois bem.

De proêmio, tenho que a indagação acerca da possibilidade de recebimento dos títulos pleiteados, em virtude de uma suposta nulidade de contratação, diz respeito ao próprio *mérito* do pedido, e não à sua *possibilidade jurídica*, consoante defendido pelo Município apelante.

Deveras, o *pedido*, em si mesmo considerado, de pagamento verbas rescisórias, não encontra qualquer vedação no ordenamento jurídico.

Por essa razão, desde logo rejeito a preliminar de carência da ação, por impossibilidade jurídica do pedido.

Por outro lado, tenho que não procede a alegação do Município de que o contrato de trabalho firmado com a parte apelada seria nulo, uma vez que teria desrespeitado a exigência constitucional de realização de concurso público, não originando, portanto, direitos.

Isso porque a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, quanto aos servidores contratados **sem** concurso público, cujos contratos de trabalho sejam declarados nulos, é a de que os efeitos da nulidade não são retroativos, tendo o empregado **direito à percepção dos salários não pagos**, com base no princípio da boa-fé e da primazia da realidade (RESP 326676/GO, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJU de 04/03/2002).



150  
@

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Dessa forma a eventual nulidade do ato admissional da parte apelada, não implica na inexistência de direito à percepção da remuneração devida em contrapartida ao fato em si do trabalho prestado, ainda que irregular a investidura, sem o que ocorreria o locupletamento da administração, que a um só tempo deu causa à nulidade e dela se beneficiou, pela apropriação do trabalho prestado pelo servidor.

Afasto, nesses termos, o referido argumento.

No plano de fundo, em sede de **reexame necessário**, impende afastar as rubricas próprias do regime celetista, deferidas pela sentença *a quo*.

Verifico que o vínculo existente entre a parte autora e o Município assentava-se em contrato temporário, sucessivamente renovado (conf. contratos de fl.46/55).

Dito isso, é sabido que, o servidor público contratado em caráter emergencial e temporário mantém relação de natureza administrativa com a Administração, motivo pelo qual não faz jus à percepção de verbas indenizatórias próprias de contrato de trabalho regido pela **CLT**, mesmo que o contrato temporário tenha o seu prazo excedido.

Nesse sentido:

**“A Justiça do Trabalho não detém competência para processar e julgar causas que envolvam o Poder Público e servidores a ele vinculados, mesmo que por contrato temporário com prazo excedido, por se tratar de relação jurídico-administrativa”** (Rcl nº 7.028/MG-AgR, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Tribunal Pleno, julgado em 16/9/09, DJe-195 divulgado em 15/10/09, publicado em 16/10/09). (grifei)

**“Prorrogação do prazo de vigência do contrato temporário não altera a natureza jurídica de cunho administrativo que se estabelece originalmente”** (Rcl nº 4.824/MS-AgR, Relator o Ministro Menezes Direito, Tribunal Pleno, julgado em 2/4/09, DJe-79 divulgado em 29/4/09, publicado em 30/4/09). (grifei)

Oportuno registrar, no ponto, trecho do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, proferido no Recurso Extraordinário nº 732.202/AM, *verbis*:

**“(…) Ora, contrariamente ao que entende o recorrente e ao que decidiu o Tribunal a quo, a mera prorrogação do prazo de contratação da servidora temporária não tem o condão de transmutar o vínculo administrativo que mantinha com o Estado do Amazonas em relação de natureza trabalhista.**

**A prorrogação do contrato nessas circunstâncias, seja ela expressa ou tácita, em que se opera a mudança do prazo de vigência deste, de determinado para indeterminado, pode até ensejar nulidade ou caracterizar ato de improbidade, com todas as consequências que isso acarreta, por ofensa aos princípios e regras que disciplinam a contratação desse tipo de servidores, mas não altera, peço vênia para insistir, a natureza jurídica do vínculo de cunho administrativo que se estabelece originalmente.”**



151  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Assim, cumpre reconhecer que, mesmo havendo prorrogação do prazo do contrato temporário, o vínculo continua sendo jurídico-administrativo, não havendo que se falar em relação contratual, sujeita ao regime celetista.

Descabe, ainda nessa linha, o direito aos depósitos dos valores relativos ao FGTS.

Isso porque, tratando-se de hipótese relacionada a servidor contratado temporariamente pela Administração Pública, filio-me ao magistério jurisprudencial no sentido de que não lhe devem ser conferidos os direitos e as verbas rescisórias previstos apenas na Consolidação das Leis do Trabalho.

No tocante, especificamente, aos depósitos dos valores relativos ao FGTS, eis o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO TEMPORÁRIO. RELAÇÃO DE TRABALHO. NATUREZA JURÍDICO-ESTATUTÁRIA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CELETISTA. FGTS. PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 19-A DA LEI N.º 8.036/90. INAPLICABILIDADE. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

1. "A Emenda Constitucional 19/98, que permitia a pluralidade de regimes jurídicos pela administração, foi suspensa, neste ponto, pelo Supremo Tribunal Federal, impossibilitando a contratação de servidor público pelo regime trabalhista (ADI 2.135-MC/DF)" (CC 100.271/PE, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, Terceira Seção, DJe 6/4/09). 2. "O Supremo Tribunal Federal decidiu no julgamento da Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3.395 que 'o disposto no art. 114, I, da Constituição da República, não abrange as causas instauradas entre o Poder Público e servidor que lhe seja vinculado por relação jurídico-estatutária'" (AgRg na Rcl nº 8.107, Rel. p/ Ac. Min. CÁRMEN LÚCIA, STF, Tribunal Pleno, DJe 26/11/09). 3. Nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/90, é "devido o depósito do FGTS na conta vinculada do trabalhador cujo contrato de trabalho seja declarado nulo nas hipóteses previstas no art. 37, § 2º, da Constituição Federal, quando mantido o direito ao salário. 4. **Caso concreto que diverge da hipótese do art. 19-A da Lei 8.036/90, pois o vínculo de trabalho que existiu entre os litigantes não era oriundo de investidura em cargo ou emprego público posteriormente anulada por descumprimento do princípio do concurso público insculpido no art. 37, § 2º, da CRFB/88, mas de contratação de servidor temporário sob o regime de "contratação excepcional".** 5. A tese segundo a qual o art. 19-A da Lei 8.036/90 deveria ser interpretado à luz do art. 7º, III, da CF/88 não é passível de ser apreciada na presente via recursal, por se tratar de matéria reservada à competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República. 6. Agravo regimental não provido. (AgRg nos EDcl no AREsp 45467/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/03/2013, DJe 15/03/2013) (grifei)

Nessa trilha, colho, a título exemplificativo, os seguintes arestos do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina:

**"ADMINISTRATIVO – SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL – ADMISSÃO SEM CONCURSO PÚBLICO – CONTRATO TEMPORÁRIO – PAGAMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS – IMPOSSIBILIDADE – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**

Tratando-se de servidor público contratado temporariamente, somente são devidas as verbas



152  
D

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

trabalhistas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos.

O emprego público, regido por lei própria, é modalidade de contrato administrativo o que torna dispensável a anotação na CTPS, dispensando-se igualmente o aviso prévio, o recolhimento do FGTS, a multa rescisória e a parcela do seguro desemprego, por serem obrigações inerentes ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A recontração para períodos subseqüentes não implica o reconhecimento da unicidade do contrato, sob pena de violação ao princípio constitucional da investidura do servidor por concurso público (CF, art. 37, II) e o completo desvirtuamento do instituto da contratação por tempo determinado."

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.084441-0, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Luiz César Medeiros, julgamento em 15/06/2011).

**"ADMINISTRATIVO. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO. PRETENDIDA PERCEPÇÃO DE VERBAS TRABALHISTAS PRÓPRIAS DO REGIME CELETISTA. IMPOSSIBILIDADE. SUBMISSÃO AO REGIME ESTATUTÁRIO. RECURSO DESPROVIDO.**

Tratando-se de servidor contratado temporariamente, com base em excepcional interesse público (art. 37, IX, CF), tem ele direito aos benefícios encartados no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, nos termos da legislação de regência, e não na Consolidação das Leis do Trabalho."

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.008920-3, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. João Henrique Blasi, julgamento em 26/04/2011).

**"SERVIDOR PÚBLICO – PROFESSOR – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA – VÍNCULO DE NATUREZA ADMINISTRATIVA – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL – FGTS – VERBA TRABALHISTA NÃO CONTEMPLADA PELA LEI N. 8.391/91 QUE PERMITIU A ADMISSÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO – DIREITO INEXISTENTE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO.**

'A contratação temporária de trabalho, nos termos do art. 37, IX, da CF, tem natureza nitidamente administrativa, excluindo-se a competência da Justiça do Trabalho para a apreciação dos feitos relativos a esse vínculo' (STJ, CC nº 100.271/PE, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Terceira Seção, j. em 25/03/09).' (Apelação Cível n. 2009.010382-2, de São Francisco do Sul, Relator: Des. *Newton Janke*).

'Em se tratando de servidor público contratado temporariamente, somente são devidas as verbas trabalhistas garantidas pelo regime estatutário a que se submete.' (Apelação Cível n. 2009.010382-2, de São Francisco do Sul, Relator: Des. *Newton Janke*).

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.046331-3, 1ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, julgamento em 17/08/2010).

**"ADMINISTRATIVO. JULGAMENTO PELO ART. 285-A DO CPC. MATÉRIA JÁ ENFRENTADA PELO JUÍZO A QUO. POSSIBILIDADE.**

Em observância aos princípios da celeridade e da economia processual, e porque já havia, anteriormente, enfrentado matéria idêntica à em debate, o magistrado *a quo*, com fulcro no art. 285-A, julgou, de plano, improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Agiu com acerto do Julgador, uma vez que 'Seria perda de tempo, dinheiro e de atividade jurisdicional insistir-se na citação e na prática dos demais atos do processo, quando o juízo já tem posição firmada quanto à pretensão deduzida pelo autor' (Código de processo civil comentado. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 555).

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. RELAÇÃO JURÍDICA DE NATUREZA ESTATUTÁRIA. PRETENDIDA PERCEPÇÃO DE VERBAS TRABALHISTAS E ANOTAÇÃO DO CONTRATO NA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRATO REGIDO PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES**

153  
E



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**PÚBLICOS DO MUNICÍPIO. VERBAS INDEVIDAS.**

‘São inaplicáveis aos servidores contratados sob regime temporário, os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, mormente quando há previsão expressa a respeito da aplicação do regime estatutário’ (Ap. Cív. n. 2004.028067-9, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 30-6-2008).

**MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.”**

(TJSC-Apelação Cível nº 2010.019882-5, 1ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Vanderlei Romer, julgamento em 12/05/2010).

Nessa mesma direção, anoto, ainda a título exemplificativo, a existência dos seguintes precedentes: TJPE-AC 0277122-4, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Antenor Cardoso Soares Júnior, decisão monocrática proferida em 23/07/2012; TJPE- AC 0274295-0, 3ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, decisão monocrática proferida em 13/06/2012; TJPE-AC 0266955-6, 2ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães, decisão monocrática proferida em 14/09/2012.

Assim, a condenação em FGTS deve ser afastada.

Finalmente, entendo que a parte autora/apelada faz jus apenas à percepção da diferença entre o salário recebido (descrito nos demonstrativos de pagamentos) e o salário mínimo vigente à época de cada pagamento, respeitando-se, em todo caso, a prescrição quinquenal.

É que, a meu sentir, como decidido pelo magistrado de piso: “(...) *da simples análise dos recibos de pagamento de fls.07/30 percebe-se que a reclamante recebia salário inferior ao mínimo.*” (conf. fl.103)

Ademais, ressalto que o Município, por ocasião de sua apelação, não se insurgiu a respeito da referida condenação.

Diante do exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, para afastar a condenação do Município ao pagamento das diferenças de FGTS do período trabalhado, mantidos os demais termos da sentença *a quo*.

É como voto.

Recife, 22 de maio de 2014.  
  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator